

Os fundamentos da educação na filosofia de Leonardo Coimbra *

A abordagem dos fundamentos da educação na filosofia de Leonardo Coimbra implica a consideração dum vasto horizonte de núcleos temáticos. É nosso intento, neste breve estudo, demonstrar como a preocupação com a teoria e a prática educativa não foi acidental em relação às grandes linhas do pensamento do filósofo português. Tentaremos agora esclarecer até onde as teses pedagógicas de Leonardo são implicitamente decorrentes da própria noção criacionista de filosofia, do seu personalismo da convivência e da sua teoria da relevância espiritual da cultura e da civilização, virtualmente patente nas instituições. Finalmente, e de acordo com o que é o suposto fundamental do pensamento leonardino, mostraremos como toda a estrutura exposta só adquire plena legitimidade à luz do Infinito metafísico.

I

Desde o início do pensamento de Leonardo Coimbra que se desvenda a relação intrínseca entre filosofia e pedagogia. Com efeito, já no *Criacionismo (esboço de um sistema filosófico)*, em 1912, Leonardo,

* O tema, que supomos não ter sido até hoje considerado nesta perspectiva, reflecte a meditação sobre alguns textos de Leonardo Coimbra, ao longo do ano lectivo de 1985, no âmbito do Seminário de Mestrado «Filosofia e Cultura em Portugal» ministrado na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Esse estudo foi prosseguido em plano aberto de colaboração reflexiva, com vários mestrandos cujos interesses especulativos vieram a centrar-se no pensamento de Leonardo. Desejaria aqui salientar, pelo estimulante e recíproco incentivo que tal colaboração representou, a fina e aprofundada percepção filosófica revelada por mestrandos, como — para apenas citar os nomes dos que mais de perto se dedicaram à reflexão sobre a obra leonardina — Sónia Rodrigues, Maria Teresa Borges, Jorge Rivera e, com especial relevo, Paulo Borges.

ao considerar a filosofia como «órgão da liberdade» e da criatividade do espírito humano em face das sensações que coordena e subordina a «fins ideais», aponta o seu método dialéctico, identificado à «própria vida do pensamento» e passível portanto de constituir, por si só, um «sistema filosófico», — apresenta o método dialéctico, dizia, como um «método pedagógico». E, continuando a caracterizar tal método, acrescenta: «Chega às últimas e supremas ideias, mas por um progressivo esforço; ergue-se ao céu, mas sem deixar o contacto da terra; chega a Deus, mas sem abandonar o mundo e o homem»¹. Se considerarmos que tal afirmação, acrescida da de que esse caminho é o da virtude, vem no seguimento daquela outra, tantas vezes citada, de que «o homem não é uma inutilidade num mundo feito, mas o obreiro dum mundo a fazer»², reforçada ainda por este juízo, que um seu discípulo nos legou, de profundo alcance «o melhor professor não é o que mais ensina, mas o que mais sugere», — poderemos avaliar as fundas implicações do intuito pedagógico aqui esboçado. Se pensar é construir e criar, e se em tal pensamento se investe «uma vida comovida e total», — de acordo com a definição que Leonardo nos dá de «pensamento criacionista»³, — não estaremos muito distantes do ideal de «criação do Homem vivo» e da antropoplastia que Werner Jaeger apontou como características da *paideia* grega⁴. Porém, se atendermos ao fito de acção arquitectónica e prospectiva que se anuncia nas palavras de Leonardo, teremos desde já uma sugestiva aproximação — com todas as divergências, não apenas contextuais —, daquelas tão celebradas teses em que Fichte atribuiu à educação a finalidade não só de formar o homem completo, mas ainda a de inaugurar um novo estado da humanidade, «uma nova criação»⁵.

Contudo, a vida do espírito, em Leonardo, não se esgota na imanência duma acção a consumir-se no mundo. É pela contínua referência do pensamento humano ao pensamento absoluto, e da natureza, construção conceptual, à *transnatureza*, onde pensamento e ser se congregam, que, sobre o equilíbrio de extensãe da realidade, se

¹ LEONARDO COIMBRA, *Criacionismo (esboço de um sistema filosófico)*, in *Obras de Leonardo Coimbra*, Selecção, coordenação e revisão de Sant'Anna Dionísio, vol. I, Porto, Lello, 1983, pp. 10-11 (adiante as obras de L. Coimbra serão citadas por esta edição).

² Id., *ibid.*, pp. 10-11.

³ Id., *Pensamento Criacionista*, vol. II, pp. 17-18.

⁴ W. JAEGER, *Paideia — A Formação do Homem Grego*, trad. de A. M. Parreira, Lisboa, Aster, 1979, pp. 12-13.

⁵ J. G. FICHTE, *Reden an die deutsche Nation*, Hamburgo, Felix Meiner V., 1955, p. 19 e p. 21.

revela o seu «permanente excesso»⁶. É assim que o inicial idealismo de Leonardo, patente na afirmação de que «a realidade é (...) obra do pensamento», se abre à noção de Graça, e, já em *A Rússia de Hoje e o Homem de Sempre*, a uma metafísica concebida como «ontologia do espírito». Tal ontologia, que em Leonardo é a do Infinito criador, é a «alma da filosofia»⁸.

Partindo da filosofia e retornando à filosofia, apercebemos assim, num relance, o horizonte geral em que vão encontrar sustentamento e determinação as propostas de Leonardo concernentes à educação.

II

Se o «método pedagógico», que Leonardo assume como a própria vida do pensamento — da qual a filosofia é o órgão —, une o progresso na escala ideativa e teórica à companhia do mundo e do homem: é no âmbito da perene questão do *mesmo* e do *outro* que a fundamentação filosófica do ideal pedagógico se vai inscrever. Autor duma filosofia da relação e da convivência, a posição de Leonardo Coimbra em face do plano do social ficou para sempre expressa na lapidar afirmação de que «o homem é um animal social, porque é um ser metafísico»⁹. Contudo, tal conclusão não deriva unicamente duma radicação metafísica da vida social. É a própria unidade interior de cada ser que se alarga até ao nível duma sociedade cósmica, à qual são com-
-presentes todos os seres e todas as dimensões da realidade¹⁰. E é precisamente nessa solidariedade cósmica, patente na «presença em cada *mesmo* de todos os *outros*»¹¹ e no acto moral que «só vê o *eu* à luz do *nós*», fazendo o homem «sócio de todo o cosmos»¹², que os indivíduos se dissipam em favor da *pessoa*. Reposto o indivíduo, pelo trabalho dialéctico do pensamento criacionista, na vasta gama de

⁶ L. COIMBRA, *A Morte*, vol. II, p. 155 e pp. 187-188.

⁷ Id., *ibid.*, p. 168.

⁸ Id., *A Rússia de Hoje e o Homem de Sempre*, vol. I, pp. 660-661.

⁹ Id., *A Alegria, a Dor e a Graça*, vol. I, p. 531.

¹⁰ Id., *ibid.*, p. 508 e p. 531.

¹¹ Id., *Pensamento Criacionista*, vol. II, p. 126.

¹² Id., *ibid.*, p. 68.

relações e interacções em que participa, a coisificação individuante cede perante o criacionismo personalizante¹³.

Poderíamos, então, interrogarmo-nos: a fundamentação da *pessoa* na solidariedade cósmica não arrisca, paradoxalmente, a converter-se na sua dissipação por fusão panteísta? Se bem que algum equívoco perdure em certas expressões, foi desde cedo, todavia, que Leonardo atendeu à descontinuidade assumida pela realidade metafísica perante o universo e o conhecimento humano. Assim, no *Criacionismo (síntese filosófica)*, pondo-se o problema da «personalidade divina», Leonardo afirma: «Não sabemos, nem poderemos saber o que seja essa livre actividade a que o mundo não faz obstáculo, esse puro amor, que todo o Universo sustenta»¹⁴. Ora, a nosso ver, deve ser este o fundamento da crítica de Leonardo aos valores civilizacionais dum humanismo preso a certo momento do progresso das associações dialécticas do pensamento. Perante ele, afirmou o excesso do verdadeiro universalismo, no qual o homem, à imagem da presença metafísica, se distancia do universo para com ele melhor se unir, numa relação de transcendência. Esse movimento processa-se na auto-compreensão duma consciência que se reconhece representativa da totalidade e não sua mera parcela. E, em tal trânsito da vida espiritual, é a própria noção de *Todo* que se transfigura. A simples «justaposição de unidades» revela-se o omnipresente acordo e inter-penetração amorosa dos solidários núcleos de realidade¹⁵.

Afirmada a pessoa como lugar da autêntica universalidade — aquela que, por excedê-la, mais se abre à totalidade do ser — resta-nos recordar como é que a razão, ao nível da sua actividade conceptual e objectivante, é «filha da cidade»¹⁶. Embora sempre excedente dos acordos que efectua, a sua vertente experimental é directamente fruto duma concórdia social¹⁷, para a qual é geralmente válido o nível de *certeza* alcançado na busca da *verdade*. Antevemos já como as propostas de Leonardo atinentes à educação devem ser entendidas como respeitantes ao plano duma necessária mediação entre a incidência

¹³ «Quando, atingida a realidade superior da vida moral, deixamos as *personas* abandonadas de pensamento criador, descemo-las a puros indivíduos e até a cousas. Colocadas no pensamento que as construiu, elas só são pessoas pela reciprocidade da acção moral, pela cooperação, pela unidade superior da pátria, da raça, da humanidade, do ser religioso, da liberdade cósmica» — LEONARDO COIMBRA, *Pensamento Criacionista*, vol. II, p. 125.

¹⁴ Id., *Criacionismo (síntese filosófica)*, vol. I, p. 382.

¹⁵ Id., *Pensamento Criacionista*, vol. II, p. 136.

¹⁶ Id., *Problema da Indução*, vol. I, pp. 520 e 525.

¹⁷ L. COIMBRA, *A Razão Experimental*, vol. II, p. 685.

espiritual das relações inter-pessoais e o seu reflexo no mundo do conhecimento e dos valores sócio-culturais. Daqui a necessidade de se apurar como a questão da educação vai aparecer, no pensamento leonardino, como a da própria, difícil e grave relação entre a liberdade do espírito e as formas de organização do seu cultivo. É exactamente esse ponto que pretendemos agora aclarar.

III

Não podia um pensador com a vitalidade de Leonardo Coimbra ser insensível ao risco que as instituições comportam para a liberdade da vida espiritual. Numa bela passagem de *A Alegria, a Dor e a Graça*, onde reflecte sobre o sentido da admiração das crianças pelos mendigos, vê nestes o símbolo dum «Jesus crucificado» e na sua condição a do encarceramento do «fraterno espírito amoroso na imobilidade das instituições sociais»¹⁸. É assim que, na mesma obra, e a fundamentar uma explícita crítica do mundo moderno, Leonardo vai dar às instituições e à própria civilização um sentido da maior transparência do absoluto espiritual que as transcende e que, no particular contexto da sua terminologia, designa como o «Irracional», ou ainda «o Inominado e o Inefável». Residindo aí «o movimento interno de que o progresso é a face externa, a involução espiritual dominando a evolução material»¹⁹, é desde logo evidente que tal assunção não implica a renúncia à acção intra-mundana. Exactamente ao contrário. Se Leonardo vai ao ponto de afirmar Cristo como «a verdadeira fonte da civilização», a perigosidade de tal identificação, onde poderíamos supor a arriscada confusão da fonte da vida espiritual com a sua objectivação antropocêntrica, é minorada pela compreensão do sentido em que o termo «civilização» é aqui empregue. Ela é função duma interioridade que transborde em obras caritativas e, penetrando de amor «todas as instituições e formas», se traduza pela crescente «espiritualização do planeta»²⁰. O incremento civilizacional, que em Leonardo assume uma dimensão cósmica, é função do bem da alma. E Leonardo afirma, imediatamente após notar a mudança trazida pelo acontecimento cristão: «As instituições valem pela maior ou menor

¹⁸ Id., *A Alegria, a Dor e a Graça*, vol. I, p. 406.

¹⁹ Id., *ibid.*, vol. I, pp. 535 e 534.

²⁰ Id., *ibid.*, vol. I, pp. 548 e 537.

realidade de convivência, de comunicação, que dêem às almas»²¹. Só a esta luz se poderá entender que o pensador português assuma, finalmente, a história — enquanto cultura e civilização —, como terreno do combate pela redenção do mundo²².

Efectuando a transição para as concretas proposições de Leonardo concernentes à prática educativa, cumpre observar como do plano teórico aqui esboçado surge uma assunção do sentido espiritual do trabalho. Representação da «gratuita dádiva» divina, o trabalho promana da Graça e constitui a «imediata revelação» da liberdade humana. Susceptível de se tornar a mais espontânea oração, é por ele que o homem parte do mundo para Deus e regressa plenificado ao mesmo mundo. E — permitimo-nos chamar a atenção para este ponto —, é exactamente neste processo de «evolução, involução e nova evolução», em que as almas trilham o rumo do «seu cósmico aperfeiçoamento», que o «processo educativo» deve residir²³. A educação deve ser, também ela, função da fertilização espiritual da alma. Se a isto acrescentarmos agora a recuperação do valor da tradição, no sentido dinâmico e não repetitivo que lhe confere o ser «a refracção no tempo duma unidade interior», presente na manifestação da «unidade colectiva» dos povos²⁴, e donde promana, aliás, a seiva que vivifica as instituições²⁵, teremos uma mais nítida perspectiva do plano da intersecção donde vão brotar as teses de *A Questão Universitária* (1919) e *Problema da Educação Nacional* (1926).

IV

As considerações de Leonardo Coimbra sobre a educação e o ensino requerem um atento discernimento no que respeita aos passos da sua reflexão. Começando, em *Problema da Educação Nacional*, por se colocar a questão da finalidade da educação, Leonardo nota como, se a educação familiar quase sempre supera em valor pedagógico qualquer

²¹ Id., *ibid.*, vol. I, p. 552.

²² Id., *A Rússia de Hoje e o Homem de Sempre*, vol. I, p. 810: «Sim, o mundo geme na esperança da salvação; e o homem pela história — que é cultura e civilização, seja unidade dos homens no amor e espiritualização da matéria em instrumento, reflexo e translúcido símbolo desse amor — e na história, reconstruindo esse mundo transfigurado, totalizado e unido, é que terá de o resgatar».

²³ Id., *A Alegria, a Dor e a Graça*, vol. I, pp. 555-556.

²⁴ Id., *ibid.*, vol. I, pp. 552-553.

²⁵ Id., *ibid.*, vol. I, p. 415.

outro processo, a sua menor amplitude social inferioriza-a em face do que denomina por fins «nacionais e humanos» da acção educativa. Denotando seguidamente como a «educação nacional», dirigida ao engrandecimento duma nação, e supondo, portanto, métodos pedagógicos adequados ao «ideal nacional», depende estreitamente não só da cultura e da sua universalidade, como ainda do modo pelo qual esse ideal as reproduza, Leonardo vai subsumir os fins nacionais nos fins humanos, postulando a «finalidade nacional-humana, como único destino viável a polarizar a educação moderna». Nela se articulariam a universalidade dos valores culturais e a nacionalidade das suas «formas actuais de existência»²⁶. Poderíamos então observar, caso Leonardo aqui se houvesse detido, o vínculo às formas objectivas, culturais e institucionais, dum modelo exclusivamente antropológico e, como tal, redutor ou denegador mesmo da superior dignidade espiritual da formação humana. Contudo, no momento imediatamente seguinte da sua inquirição, o filósofo vai interrogar-se sobre se a cultura é susceptível de constituir um «modelo estático» a determinar a orientação teleológica de todo o processo educativo. Constatando a dinâmica inerente à própria actividade cultural, Leonardo renuncia a apercebê-la como o fim da educação. E, deste modo, é a própria noção dum «fim» imutável da educação que é posta em causa. Mais que o «fim», é «a tendência, o espírito dessa educação» que importa apurar. Consequentemente, Leonardo renova a sua definição: «educar é cultivar as liberdades criadoras de cultura nacional-humana»; ao que logo acrescenta: «cultivar as liberdades e não fazê-las, porque estas são propriedade intrínseca do indivíduo psico-social que é o homem»²⁷. E confirma esta inflexão quando, após desenvolver a sua tese no que concerne a particular situação cultural de Portugal e Brasil, antevendo as amplas possibilidades dum comum destino, afirma: «Largueza de expansão, que só pode resultar duma profundidade de interiorização. É o que temos a fazer cá dentro, acordando almas, formando liberdades por uma educação, que não se destina a animais de carga, mas a consciências ávidas, fortes, olhando a vida com a novidade duma alma, fremente de saber e de emoção, que é, já, de preformada acção»²⁸.

Pese alguma indeterminação terminológica, bem como a não exposição do fundamento teórico que víamos já preparado desde O

²⁶ Id., *Problema da Educação Nacional*, vol. II, pp. 921-923.

²⁷ Id., *ibid.*, vol. II, pp. 923-924.

²⁸ Id., *ibid.*, vol. II, p. 943.

Criacionismo, e às quais não será de todo alheio o contexto em que a tese é apresentada (o Congresso duma organização política, nomeadamente a «Esquerda Democrática», em 1926), um dado podemos, no entanto, considerar adquirido: em acordo com as linhas gerais, aqui expostas, do seu pensamento, Leonardo sobleva a formação e cultivo da liberdade da alma, irredutível à lei objectiva e a qualquer princípio formal, aos fins meramente culturais, institucionais ou decorrentes ainda dum humanismo do género e da abstracção. Uma vez ainda, é a interioridade que toma a prerrogativa sobre qualquer necessidade a ela exterior.

Não se trata de contestar a legitimidade de propor como fim à educação o acesso a uma ordem de realidade onde o indivíduo venha a reconhecer uma identidade mais intrínseca que a ainda informada imagem de si mesmo. Trata-se, isso sim, de reconhecer a inviabilidade de postular tal «bem» como um «a priori» extrínseco à sua livre procura e desvelamento no mais íntimo do próprio educando. Aceitar o contrário, como o parece fazer Fichte, seria preterir o mestre ou a «verdade interior», para a escuta da qual, na acepção augustiniana, as entidades e figuras exteriores não são senão meras formas de advertência²⁹, em prol dum mediador único e absoluto — um indivíduo ou um estado, por exemplo —, em ordem à qual se intenta aceder. Na recusa desta estrutura comunga o melhor da filosofia portuguesa da educação, desde a própria prática de Leonardo Coimbra, no que José Marinho designou como «o magistério do amor e da liberdade», até este mesmo pensador³⁰.

Necessário se tornou este excursus para que não precipitada ou deficientemente se entenda o ulterior desenvolvimento da tese leonardina. Arquitecto duma filosofia antes de integração que de exclusão, Leonardo Coimbra, em acordo com as vertentes dominantes da sua reflexão, inquire sobre as condições sociais, culturais e institucionais em que o cultivo da liberdade, pela educação, se deve, necessariamente, processar. É assim que, apercebendo na cultura o

²⁹ Em S. Agostinho o *aprender* só se dá quando o discípulo, uma vez ouvido o mestre, examina *segundo as suas forças a verdade interior*. É esta mesma que, afinal, pelos mestres, a si chamara o discípulo. Assim age — como ensina S. Agostinho — aquele que pelos homens, e por meio dos seus sinais e de fora, nos incita a que voltemos para ele, no nosso interior para sermos ensinados: «Quid sit autem in caelis, docebit ipse a quo etiam per homines signis admonemur et foris, ut ad eum intro conversi erudiamur», Avg., *De Magistro*, XIV, 46.

³⁰ Cf. José Marinho, *Verdade, Condição e Destino no Pensamento Português Contemporâneo*, Porto, Lello, 1976, p. 93; Id., *Elementos para uma antropologia situada*, Cadernos do Centro de Investigação Pedagógica, Lisboa, Fundação C. Gulbenkian, 1966; Id., *Filosofia — Ensino ou Iniciação?*, Lisboa, Instituto Gulbenkian de Ciência — Centro de Investigação Pedagógica, 1972.

garante da «força social» e da nação, e reconhecendo na educação perspectivada para o futuro «o principal elemento da própria continuidade histórica da cultura», Leonardo vai conferir ao estado o direito e o dever de criar o meio onde, por assimilação e reacção, se pode formar a liberdade humana criadora de cultura³¹. É como tal que confronta o estado com a necessidade de se tornar «um órgão da cultura», acompanhando a sua peculiar vida evolutiva. Necessário é, contudo, que se limite à fecundação dum «método», duma «atitude» ou dum «espírito» gerais, não se antepondo «às liberdades» na escolha das «doutrinas, formas ou instituições» que daí se possam extrair³². Naturalmente que as tendências dominantes dessa vida cultural, por sugestão do próprio meio imediato e mediato, próximo e remoto, em que se desenvolve, necessariamente lhe atribuirão as características dum universalismo erguido a partir do regional. Assim se compreenderá que a sua radicação e circunstância de exercício faça decorrer da livre iniciativa cultural a tarefa de «criação e expansão dum lusitanismo, que seja a travessia do espírito cultural em almas portuguesas». E, lucidamente antevendo, ou confirmando, o valor aculturante da língua, propõe que nas então colónias o primado do económico ceda perante o do cultural, trazendo-se o Brasil, pela mesma via, à partilha dum comum destino³³. Este o modo, sem dúvida complexo e difícil, pelo qual o pensador procura conciliar a prerrogativa da liberdade com as exigências da tradição cultural, mantendo o estado nos limites do que estimule e promova uma e outra.

É como núcleo central desta articulação entre a liberdade de criação, a tradição cultural e os direitos e obrigações do estado que surge a reflexão de Leonardo sobre a Universidade. Sobre a Universidade que deveria existir, não tanto sobre a que existiria, ou existirá, poderíamos nós acrescentar. Num discurso parlamentar de 1919, *A Questão Universitária*, Leonardo considera as Universidades, em sua essência, como os «organismos intelectuais superiores, que são a parte lúcida e criadora da consciência colectiva». Como tais, a elas compete, de modo sistemático, o que os génios individuais promovem «singular e esporadicamente», ou seja, a inovação na vida social e cultural³⁴. Mas, para que tal competência se cumpra, é necessário que a Universidade — essencialmente constituída por um saber teórico,

³¹ L. COIMBRA, *Problema da Educação Nacional*, vol. II, pp. 922-923.

³² Id., *ibid.*, vol. II, pp. 925-926 e 940-941.

³³ Id., *ibid.*, vol. II, pp. 942-943.

³⁴ Id., *A Questão Universitária*, vol. I, pp. 608-609.

tripartido em ciências da natureza, do espírito e filosofia —, se não perca na mera erudição ou na absolutização de fins apenas pragmáticos. É marcadamente pela «produção científica, de professores e alunos» — ponto que nos apraz realçar —, que a universidade pode e deve realizar a sua superior vocação: desenvolver a cultura e dignificar intelectualmente o meio social. Só um ensino decorrente dessa prática universitária poderá assumir a função rectoriz que Leonardo lhe prescreve. Autêntica «alma da educação nacional», por ele não só se formarão os profissionais e criarão os valores que alimentarão todos os demais planos pedagógicos, como se elevará a nação à «confiança consciente dos seus destinos»³⁵. A Universidade surge-nos, assim, como órgão da superior consciência prospectiva do meio sócio-cultural.

Afastando a Universidade da neutralidade em face do destino sócio-cultural do seu meio, e chamando-a mesmo à sua suprema direcção e estímulo, melhor se compreenderá que Leonardo, relativamente à Universidade Portuguesa e a propósito da sua atitude demissionária no contexto da Primeira Grande Guerra, animosamente proteste que «a alma da Pátria, a alta consciência da raça, não encontrou acolhimento no seio universitário»³⁶. E desse protesto resulta, fiel ao tom romântico dum rumo já atrás apontado, a derradeira vertente da sua reflexão sobre os problemas concretos da educação. Sendo o *Povo* «o mar infinito das possibilidades sociais», e sendo nele e por ele que as élites se preservam dum isolamento auto-destrutivo e os políticos adquirem legitimidade representativa³⁷, é também nele que as instituições pedagógicas devem colher a sua genuína inspiração, nomeadamente a partir do «ensino primário superior» que Leonardo propõe se designe por «ensino *fundamental*». Leonardo, naturalmente, usa aqui *Povo* num sentido eminentemente cultural. É à cultura e às tradições populares, em seu regionalismo e universalidade, que as instituições pedagógicas são chamadas a «dar consciência, vida e expressão»³⁸. Observamos assim como a reflexão de Leonardo sobre o problema da educação, partindo do fundamento teórico para o das proposições prático-organizativas, possui a coerência que decorre duma solidariedade intrínseca com a globalidade do seu pensamento. A formação da liberdade criativa, o vínculo à tradição cultural e ao

³⁵ Id., *Problema da Educação Nacional*, vol. II, p. 943 e pp. 946-948.

³⁶ Id., *A Questão Universitária*, vol. I, p. 610.

³⁷ Id., *ibid.*, vol. I, pp. 625-626.

meio social, bem como o papel do estado tipificado no da universidade, são as grandes linhas de clivagem do que acreditamos constituir um cristal único.

V

Após o excursu que nos conduziu da noção leonardina de filosofia, como «órgão da liberdade» e da criatividade espiritual, até à sua noção duma educação à qual compete, antes de mais, a formação da liberdade criadora da cultura nacional-humana — importa proceder a breve consideração conclusiva. Poderá parecer que existe uma ruptura na passagem da vertente metafísica do pensamento leonardino para o plano das preocupações pedagógicas. E decerto assim seria se, na verdade, a intuição metafísica ou a especulação ontológica, em Leonardo, a mais não se destinassem que a edificar o sustento do plano dos investimentos supostamente mais imediatos do seu pensamento. Não cremos, contudo, ser essa a leitura mais correcta. No pensamento leonardino não é possível atender apenas ao curso entre a noética e (por via dianoética ou não) a ética ou a pragmática, mas, também, e sobretudo, ao constante recurso que para a descontínua e irrepresentável presença espiritual, ou mesmo ontológica, supõe a atenção às questões do homem e do mundo. Convergimos neste ponto com esse subtil intérprete de Leonardo, quando, reticente perante o epíteto de «método pedagógico» atribuído pelo mestre à sua própria filosofia, antes dela afirma: «Ela é, em vários graus e modos, com a paideia possível, uma anagogia»³⁹. Não poderia o discípulo ter intuído melhor o profundo significado da obra daquele que, afirmando a verdade como «uma presença do ser»⁴⁰, e após uma existência votada à meditação dos limites do conhecimento e da condição humana, veio a escrever no final do seu último livro: «A vida é como é, e, por mais que se queira fazer do homem um *teorema*, ele será sempre uma alma, tendo, a vibrar, no fundo do seu ser e em natureza primeira, um clamoroso e invencível apelo de Infinito»⁴¹.

FRANCISCO DA GAMA CAEIRO

³⁸ Id., *Problema da Educação Nacional*, vol. II, pp. 949-950.

³⁹ José Marinho, *Verdade, Condição e Destino...*, p. 100.

⁴⁰ L. COIMBRA, *A Rússia de Hoje e o Homem de Sempre*, vol. I, p. 675.

⁴¹ Id., *ibid.*, vol. I, p. 923.